

**PORTARIA Nº1386/2014** - O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Constituição do Estado do Ceará e pela Lei nº12.691, de 16 de maio de 1997, modificada pela Lei nº13.875, de 07 de fevereiro de 2007, e tendo em vista as disposições da Lei 4.737, de 15 de julho de 1965, que estabelece normas destinadas a assegurar a organização e o exercício do pleito eleitoral; CONSIDERANDO a reunião de alinhamento para as Eleições 2014, ocorrida no dia 25 de setembro de 2014, com as forças de segurança da SSPDS, Polícia Federal e Tribunal Regional Eleitoral, onde foi apoiada a edição de Portaria da SSPDS visando à suspensão da venda, o fornecimento e o consumo de bebidas alcoólicas em bares, restaurantes, estabelecimentos congêneres e demais locais abertos ao público. CONSIDERANDO que o para o bom andamento do pleito eleitoral se faz necessária a tomada de providências que previnam atitudes reprováveis advindas do uso exacerbado de bebidas alcoólicas, as quais possam prejudicar a normalidade dos trabalhos eleitorais; CONSIDERANDO que é dever da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará a preservação e manutenção da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio; CONSIDERANDO a primazia do interesse público sobre o privado e a prerrogativa estatal do poder de polícia no processo eleitoral, com o objetivo de restringir certos atos praticados por particulares revelados contrários ao interesse coletivo ou ainda nocivos ao próprio Estado. RESOLVE, Art.1º. Como medida acatadora para a tranquilidade pública durante o pleito eleitoral, **PROIBIR**, no dia 05 de outubro de 2014 e no dia 26 de outubro de 2014, em um eventual segundo turno, no período compreendido entre 00:00 e 18:00 horas, em todo o Estado do Ceará, **a venda, o fornecimento e o consumo de bebidas alcoólicas em bares, restaurantes, estabelecimentos congêneres e demais locais abertos ao público.** Art.2º. A fiscalização das disposições desta Portaria ficam atribuídas a todas as Instituições Policiais que compõe o Sistema de Segurança Pública do Estado do Ceará. Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário. GABINETE DO SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza, aos 29 de setembro de 2014.

Servilho Silva de Paiva

SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

\*\*\* \*\*

**EDITAL Nº002/2014 – SSPDS/SEPLAG (DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL DE 1ª CLASSE)**

O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL E O SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, **tornam pública a RETIFICAÇÃO da Alínea c, do Capítulo 1, dos subitens 7.1.3, 7.3, 7.3.1, 7.3.2, 8.1, 9.33, 11.19, 14.5, 16.11, 16.23, 15.31.2, 22.1.5, 22.1.11, 22.3, 25.12, 24.22.2, 24.22.3, do Anexo I, bem como a inclusão do subitem 7.2.1 do Edital nº1/2014 – SSPDS/SEPLAG (Delegado de Polícia Civil de 1ª Classe)**, de 19 de setembro de 2014, publicado no DOE de 19 de setembro de 2014, que passam a ter a redação a seguir especificada, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do referido edital.

**1. DAS RETIFICAÇÕES**

No Capítulo 1 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

d) Avaliação Psicológica

7.1.3 Para o aluno que estuda ou concluiu seus estudos em entidades de ensino público amparada pela Lei Estadual nº13.844, de 27 de novembro de 2006.

7.3 A documentação entregue e/ou enviada no período estabelecido terá validade somente para este Concurso e não será devolvida, assim como não será fornecida cópia dessa documentação.

7.3.1 Não será permitida, após a entrega e/ou envio do requerimento de isenção e dos documentos comprobatórios, a complementação da documentação bem como revisão dos mesmos.

7.3.2 Não será aceita solicitação de isenção de pagamento de valor de inscrição via fax ou via correio eletrônico.

8.1 As fases do Concurso estão descritas no quadro a seguir:

FASES	PROVAS	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE ITENS	NATUREZA
1ª	Objetiva	Conhecimentos Gerais		Eliminatória e Classificatória
		Língua Portuguesa	10	
		Noções de Administração Pública	05	
		Noções de Informática	05	
		Conhecimentos Específicos		
		Direito Constitucional	06	
		Direito Administrativo	06	
		Direito Penal	14	
		Direito Processual Penal	12	
		Legislação Penal Extravagante	08	
		Medicina Legal	05	
		Direito Humanos	04	
		Direito Civil	04	
		Direito Processual Civil	04	
Direito Tributário	04			
Legislação Ambiental	04			
Criminologia	04			
Legislação Específica	05			
Discursiva		Peça Processual	01	
		Questões Discursivas	02	
2ª	Curso de Formação e Treinamento Profissional	Sindicância de Vida Progressiva e		Eliminatória e Classificatória
		Investigação Social		
		Exame de Capacidade Física		
		Avaliação Psicológica		
		Títulos		
		Exame Toxicológico		
		Avaliação Médica		

...

9.33 A Fundação VUNESP não se responsabilizará por danos, perda ou extravio de documentos e ou objetos esquecidos...

...

11.19 ....

e) apresentar o texto definitivo fora do espaço reservado para tal.

...

14.5. O Curso de Formação e Treinamento Profissional terá carga horária de 718 horas/aula, de conformidade com o Decreto 31.276/2013.

...

16.11....

a) cédula de identidade (RG);

b) carteira de identidade expedida pelas Forças Armadas ou pelas Polícias Militares ou pelos Corpos de Bombeiros Militares;

c) carteira Nacional de Habilitação expedida nos termos da Lei Federal nº9.503/1997;

d) passaporte

e) carteira de Órgão ou Conselho de Classe.

f) carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)

g) certificado militar

...

16.23 A nota do exame de capacidade física corresponderá a somatória dos pontos obtidos nos quatro testes do exame de capacidade física.

...

16.31.2 Serão publicados no Diário Oficial do Estado e como subsídio no site da Fundação VUNESP (www.vunesp.com.br), respectiva página do concurso.

...

22.1.5 da nota final da 1ª Fase

...

22.1.11 da pontuação dos títulos

...

22.3 O prazo para interposição dos recursos será de 2 (dois) úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à data da publicação do resultado no Diário Oficial e como subsídio no site da Fundação VUNESP.

...

24.12 Não haverá segunda chamada para a realização da avaliação médica.

...

24.22 Os exames laboratoriais e complementares terão validade de 180 (cento e oitenta) dias.

24.23 Demais informações a respeito dos exames biométricos e avaliação médica constarão de edital específico de convocação.

ANEXO I ...

1 – Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro.

## 2. DA INCLUSÃO

7.2.1 O candidato poderá, ainda, encaminhar impreterivelmente até 10.10.2014, a documentação nos moldes estabelecidos neste Capítulo, por SEDEX ou Aviso de Recebimento (AR) para a Fundação VUNESP, situada na Rua Dona Germaine Burchard, 515 – Perdizes, CEP 05002-062 – São Paulo/SP, indicando no envelope “Ref. Pedido de Isenção – Concurso Público da Polícia Civil do Estado do Ceará – Delegado de Polícia Civil de 1ª Classe 2014.

Fortaleza/CE, 24 de setembro de 2014.

Servilho Silva de Paiva

SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Antônio Eduardo Diogo de Siqueira Filho

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

\*\*\* \*\*

**EDITAL DE Nº002/2014 - SSPDS/SEPLAG - (ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL DE 1ª CLASSE)**

O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL E O SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, **tornam pública a RETIFICAÇÃO da Introdução, dos subitens 1.2.2, 1.6, 2.4, 3.3, 7.1.3, 7.3, 7.3.1, 7.5, 8.1, 9.33, 13.5, 13.6.5, 15.1, 15.12, 15.16, 15.19, 15.19.1, 16.1, 18.1, 19.1 bem como a inclusão do item 7.2.1 e a exclusão do item 24.22, do Edital nº1/2014 – SSPDS/SEPLAG (Escrivão de Polícia Civil de 1ª Classe)**, de 19 de setembro de 2014, publicado no DOE de 19 de setembro de 2014, que passam a ter a redação a seguir especificada, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do referido edital.

## 1. DAS RETIFICAÇÕES

O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL E O SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO CEARÁ, tendo em vista o disposto na Lei nº12.124, de 06 de julho de 1993, Lei nº14.998, de 12 de setembro de 2011, na Lei nº11.551, de 18 de maio de 1989, na Lei nº12.559, de 29 de dezembro de 1995, Lei nº13.844, de 27 de novembro de 2006, e na Instrução Normativa nº01/2011, de 09 de novembro de 2011, TORNAM PÚBLICA a realização de Concurso Público para provimento do cargo de Inspetor de Polícia Civil de 1ª Classe.

...

1.2.2....

c) Prova Prática de Digitação, de natureza eliminatória e classificatória, sob a responsabilidade da Fundação VUNESP;

...

1.6 Serão convocados para o Curso de Formação e Treinamento Profissional, os candidatos aprovados na 1ª Fase, conforme Capítulo 4 – DAS VAGAS, correspondente ao número de vagas ofertadas.

...

## 2.4 Regime de Trabalho

- o regime de trabalho é de dedicação integral, incompatível com o exercício de qualquer outra atividade pública ou privada e pela permanente expectativa de convocação em situações excepcionais e emergenciais, ressalvado o que prevê a Constituição Federal/1988. Para os alunos que estudam ou que concluíram seus estudos em ensino público do Estado do Ceará amparado pela Lei Estadual nº13.844, de 27 de novembro de 2006:

...

3.3 Possuir a conclusão de Curso de Graduação, comprovada por meio de Diploma devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação.

...

7.1.3 Para o aluno que estuda ou concluiu seus estudos em entidades de ensino público amparada pela Lei Estadual nº13.844, de 27 de novembro de 2006:

...

7.3 A documentação entregue e/ou enviada no período estabelecido terá validade somente para este Concurso e não será devolvida, assim como não será fornecida cópia dessa documentação.

7.3.1 Não será permitida, após a entrega e/ou envio do requerimento de isenção e dos documentos comprobatórios, a complementação da documentação bem como revisão dos mesmos.

...

7.5 A veracidade das informações prestadas no requerimento de isenção e da documentação entregue e/ou enviada é de responsabilidade do candidato, podendo este responder, a qualquer momento, no caso de informações inverídicas ou utilizados documentos falsos, por crime contra a fé pública, o que acarreta eliminação do concurso, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do artigo 10 do Decreto nº83.936, de 6 de setembro de 1979.

...

## 8.1 As fases do Concurso estão descritas no quadro a seguir:

FASES	PROVAS	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE ITENS	NATUREZA
1ª	Objetiva	Conhecimentos Gerais		Eliminatória e Classificatória
		Língua Portuguesa	10	
		Noções de Informática	08	
		Conhecimentos Específicos		
		Noções de Direito	12	
		Constitucional		
		Noções de Direito Administrativo	12	
		Noções de Direito Penal	14	
		Noções de Direito Processual Penal	12	
		Legislação Penal	12	
		Extravagante		
2ª	Curso de Formação e Treinamento Profissional			Eliminatória e Classificatória
	Sindicância de Vida			Eliminatória
	Pregressa e Investigação Social			Eliminatória e Classificatória
	Prova Prática de Digitação			Eliminatória e Classificatória
	Avaliação Psicológica			Eliminatória
	Exame Toxicológico			Eliminatória
	Exame Médico Pré-Admissional			Eliminatória

9.33 A A Fundação VUNESP não se responsabilizará por danos, perda ou extravio de documentos ou de objetos esquecidos no prédio de realização da prova.

...

13.5 O Curso de Formação e Treinamento Profissional terá carga horária de 668 horas/aula, de conformidade com o Decreto 31.276/2013.

...

13.7.5 auferir nota inferior a 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima definida para esta etapa.

...

15.1 A prova prática de digitação, de natureza eliminatória e classificatória, buscará aferir o conhecimento e habilidades do candidato, por meio de demonstração prática das atividades a serem desempenhadas no exercício do cargo, utilizando o editor de texto em microcomputador do tipo PC com processador Intel® ou similar, utilizando-se de software específico para uso na prova, em ambiente gráfico Microsoft Windows e teclado com configurações ABNT 2.

...

15.12 A prova prática de digitação, de natureza eliminatória e classificatória, constará de cópia de texto impresso, com aproximadamente 1.800 caracteres, em microcomputador do tipo PC com processador Intel® ou similar, utilizando-se de software específico para uso na prova, em ambiente gráfico Microsoft Windows e teclado com configurações ABNT 2.

...

15.16 À prova prática de digitação será atribuída nota de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

...

15.19 A prova prática de digitação terá natureza eliminatória e classificatória e será considerado eliminado o candidato que obtiver nota inferior a 5 (cinco) pontos.

15.19.1 O candidato que não atingir a pontuação acima será eliminado do Concurso Público.

...

16.1 Serão convocados para avaliação psicológica todos os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5 (cinco) pontos na Prova Prática de Digitação.

...

18.1 Em caso de empate na nota final no concurso, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

a) tiver idade igual ou superior a 60 anos, até o último dia de inscrição neste concurso, conforme Art.27, parágrafo único da Lei nº10.741 de 1º de Outubro de 2003 (Estatuto do Idoso).

b) obtiver maior nota no Curso de Formação e Treinamento Profissional;

c) obtiver maior nota na prova prática de digitação;

d) obtiver maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos;

e) obtiver maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais;

f) tiver maior idade;

g) tiver exercido a função de jurado (conforme art.440 do Código de Processo Penal);

...

19.1 A classificação final do concurso será feita em relação a cada turma, e pela média aritmética das notas obtidas na primeira fase e na segunda fase. Sendo a nota da primeira fase compreendida pela nota da prova objetiva e a nota da segunda fase compreendida pela média aritmética das notas obtidas no Curso de Formação e Treinamento Profissional e na Prova Prática de Digitação.

## 2. DA INCLUSÃO

7.2.1. O candidato poderá, ainda, encaminhar impreterivelmente até 10.10.2014, o requerimento de isenção, devidamente preenchido e assinado, e a documentação nos moldes estabelecidos neste Capítulo, por SEDEX ou Aviso de Recebimento (AR) para a Fundação VUNESP, situada na Rua Dona Germaine Burchard, 515 – Perdizes, CEP 05002-062 – São Paulo/SP, indicando no envelope “Ref. Pedido de Isenção – Concurso Público da Polícia Civil do Estado do Ceará – Escrivão de Polícia Civil 1ª Classe 2014”.

Fortaleza/CE, 24 de setembro de 2014.

Servilho Silva de Paiva

SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Antônio Eduardo Diogo de Siqueira Filho

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

\*\*\* \*\*

**EDITAL Nº002/2014 – SSPDS/SEPLAG (INSPETOR DE  
POLÍCIA CIVIL DE 1ª CLASSE)**

O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL E O SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, **tornam pública a RETIFICAÇÃO da Introdução, dos subitens 3.3, 5.7, 7.1.3, 7.3, 7.3.1, 7.5, 9.6, 9.33, 10.1, 13.5, bem como a inclusão do item 7.2.1 e a exclusão do item 24.22, do Edital nº1/2014 – SSPDS/SEPLAG (Inspetor de Polícia Civil de 1ª Classe)**, de 19 de setembro de 2014, publicado no DOE de 19 de setembro de 2014, que passam a ter a redação a seguir especificada, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do referido edital.

## 1. DAS RETIFICAÇÕES

O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL E O SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO CEARÁ, tendo em vista o disposto na Lei nº12.124, de 06 de julho de 1993, Lei nº14.998, de 12 de setembro de 2011, na Lei nº11.551, de 18 de maio de 1989, na Lei nº12.559, de 29 de dezembro de 1995, Lei nº13.844, de 27 de novembro de 2006, e na Instrução Normativa nº01/2011, de 09 de novembro de 2011, TORNAM PÚBLICA a realização de Concurso Público para provimento do cargo de Inspetor de Polícia Civil de 1ª Classe.

3.3 Possuir a conclusão de Curso de Graduação, comprovada por meio de diploma devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação.

5.7 A compatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência apresentada pelo candidato será avaliada ainda durante o estágio probatório, por equipe multiprofissional de responsabilidade da Polícia Civil do Estado do Ceará, na forma estabelecida no §2º do Art.43 do Decreto nº3298/99, e suas alterações, e da Súmula nº377 do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

7.1.3 Para o aluno que estuda ou concluiu seus estudos em entidades de ensino público amparada pela Lei Estadual nº13.844, de 27 de novembro de 2006:

7.3 A documentação entregue e/ou enviada no período estabelecido terá validade somente para este Concurso e não será devolvida, assim como não será fornecida cópia dessa documentação.

7.3.1 Não será permitida, após a entrega e/ou envio do requerimento de isenção e dos documentos comprobatórios, a complementação da documentação bem como revisão dos mesmos.

7.5 A veracidade das informações prestadas no requerimento de isenção e da documentação entregue e/ou enviada é de responsabilidade do candidato, podendo este responder, a qualquer momento, no caso de informações inverídicas ou utilizados documentos falsos, por crime contra a fé pública, o que acarreta eliminação do concurso, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do artigo 10 do Decreto nº83.936, de 6 de setembro de 1979.

9.6 Eventualmente, se, por qualquer que seja o motivo, o nome do candidato não constar no Edital de Convocação para a prova objetiva, esse deverá entrar em contato com a Fundação VUNESP, por meio do telefone (0XX11) 3874-6300, de segunda-feira a sábado, em dias úteis, das 8 horas às 20 horas, horário de Brasília, para verificar o ocorrido.

9.33 A Fundação VUNESP não se responsabilizará por danos, perda ou extravio de documentos ou de objetos esquecidos no prédio de realização da prova.

10.1 A prova objetiva, de natureza eliminatória e classificatória será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

13.5 O Curso de Formação e Treinamento Profissional terá carga horária de 668 horas/aula, de conformidade com o Decreto 31.276/2013.

## 2. DA INCLUSÃO

7.2.1. O candidato poderá, ainda, encaminhar impreterivelmente até 10.10.2014, o requerimento de isenção, devidamente preenchido e assinado, e a documentação nos moldes estabelecidos neste Capítulo, por SEDEX ou Aviso de Recebimento (AR) para a Fundação VUNESP, situada na Rua Dona Germaine Burchard, 515 – Perdizes, CEP 05002-062 – São Paulo/SP, indicando no envelope “Ref. Pedido de Isenção – Concurso Público da Polícia Civil do Estado do Ceará – Inspetor de Polícia Civil 1ª Classe 2014”.

Fortaleza/CE, 24 de setembro de 2014.

Servilho Silva de Paiva

SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Antônio Eduardo Diogo de Siqueira Filho

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

\*\*\* \*\*

**POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ**

**PORTARIA - (CPI) Nº1103/2014 - O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ**, no uso de suas atribuições legais, e Considerando a necessidade de reforçar o policiamento ostensivo nos postos fiscais da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará - SEFAZ, Considerando que a fiscalização nos postos da Secretaria da Fazenda ocorre de forma continuada, incluindo os sábados, domingos e feriado, **RESOLVE AUTORIZAR os POLICIAIS MILITARES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço, com o fim de executarem atividades policiais, visando à manutenção da ordem, à integridade moral e física dos agentes públicos, bem como à preservação do patrimônio dos postos fiscais da Secretaria da Fazenda, conforme roteiro constante no Anexo Único, concedendo-lhes diárias e meia, de acordo com o artigo 1º; alínea “b”, do §1º do art.4º e anexo I do Decreto nº30.719 de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Polícia Militar do Ceará. QUARTEL DO COMANDO GERAL, em Fortaleza, 22 de agosto de 2014.

Lauro Carlos de Araújo Prado – Cel PM

COMANDANTE GERAL DA PMCE

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE À PORTARIA Nº1103/2014, DE 22 DE AGOSTO DE 2014

NOME	CARGO/ FUNÇÃO	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS		
					QUANT.	VALOR	TOTAL
Francisco de Assis da Silva Mat.: 092.248-1-5	Ten PM	IV	01 a 02/09/2014	Fortaleza/Aracati/Fortaleza	1,5	64,83	97,24
Antonio Reginaldo Sousa Mat.: 101.260-1-0	CbPM	V	01 a 02/09/2014	Fortaleza/Aracati/Fortaleza	1,5	61,33	91,99
Francisco Rodrigues da Silva Mat. 029.410-1-5	StPM	V	01 a 15/09/2014	Sobral/Fortaleza/Sobral	14,5	61,33	889,29
Francisco Erivaldo Oliveira dos Santos Mat. 091.565-1-8	CbPM	V	01 a 15/09/2014	Quixadá/Fortaleza/Quixadá	14,5	61,33	889,29
José Haroldo Oliveira Filho Mat. 112.997-1-7	CbPM	V	01 a 15/09/2014	Quixadá/Fortaleza/Quixadá	14,5	61,33	889,29
Taylor Marcelo de Oliveira Mat. 151.672-1-1	SdPM	V	01 a 15/09/2014	Russas/Fortaleza/Russas	14,5	61,33	889,29
Daniel da Silva Moreira Mat. 303.925-1-5	SdPM	V	01 a 15/09/2014	Aracati/Fortaleza/Aracati	14,5	61,33	889,29
Sandroelho Cordeiro de Carvalho Mat. 11.078-1-4	CbPM	V	01 a 15/09/2014	Itapipoca/Pacatuba/Itapipoca	14,5	61,33	889,29
Francisco Marcos Rodrigues da Silva Mat. 109.971-1-9	SdPM	V	01 a 15/09/2014	Guaramiranga/Pacatuba/Guaramiranga	14,5	61,33	889,29
Ari Felix Oliveira Mat. 127.292-1-9	SdPM	V	01 a 15/09/2014	Itapipoca/Pacatuba/Itapipoca	14,5	61,33	889,29
André Rogério Santos Mat. 127.538-1-0	SdPM	V	01 a 15/09/2014	Itapipoca/Pacatuba/Itapipoca	14,5	61,33	889,29
Antonio Suzenito Amaro Ferreira Mat. 135.394-1-3	SdPM	V	01 a 15/09/2014	Boa Viagem/Pacatuba/Boa Viagem	14,5	61,33	889,29
José Valdenir de Oliveira Mat. 076.586-1-3	CbPM	V	01 a 15/09/2014	Senador Pompeu/Aquiraz/Senador Pompeu	14,5	61,33	889,29
João Esio Rodrigues Mat. 058.485-1-2	CbPM	V	01 a 15/09/2014	Canindé/Aquiraz/Canindé	14,5	61,33	889,29
Fredson Barros Dourado Mat. 136.213-1-4	SdPM	V	01 a 15/09/2014	Canindé/Aquiraz/Canindé	14,5	61,33	889,29
Francisco Elenilson Almeida Barroso Mat. 151.737-1-8	SdPM	V	01 a 15/09/2014	Canindé/Aquiraz/Canindé	14,5	61,33	889,29
Francisco Feitoza Silva Mat. 300.826-1-3	SdPM	V	01 a 15/09/2014	Itapipoca/Aquiraz/Itapipoca	14,5	61,33	889,29
Francisco Bandeira da Costa Neto Mat. 305.706-1-8	SdPM	V	01 a 15/09/2014	Jaguaribe/Aquiraz/Jaguaribe	14,5	61,33	889,29